



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## PARECER Nº 165/2025

*Comissão de Constituição, Justiça e Redação.*

### **Veto nº 003/2025**

*Veto Integral ao Autógrafo de Lei nº 056/2025*

*(Projeto de Lei nº 016/2025 – Autoria: Vereador Carlos Tatto)*

**Autoria: do Chefe do Poder Executivo**

### **I – EMENTA**

Parecer sobre o veto integral oposto pelo Prefeito Municipal ao Autógrafo de Lei nº 056/2025, correspondente ao Projeto de Lei nº 016/2025, que “Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado Boca de Lobo Inteligente, no âmbito do Município de Embu-Guaçu, e dá outras providências.”

### **II – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

O Prefeito Municipal, por meio do **Ofício nº 062/2025/AD**, comunicou à Câmara o **veto integral** ao Autógrafo de Lei nº 056/2025, correspondente ao **Projeto de Lei nº 016/2025**, de autoria do Vereador **Carlos Tatto**.

O veto foi fundamentado no **Parecer nº 184/2025 – DAP** e no **Parecer da Procuradoria do Município**, que apontam **vício de iniciativa e inconstitucionalidade**, sob a alegação de que a proposta teria caráter de **lei autorizativa**, invadindo atribuições administrativas do Executivo e gerando potencial dispêndio de recursos.

Encaminhado à Câmara Municipal, o veto foi objeto do **Parecer Jurídico nº 003/2025** da **Procuradoria Geral** desta Casa, o qual se manifestou pela **legalidade do veto** quanto à **discrecionalidade administrativa**, mas reconheceu expressamente que o projeto **não apresenta vício**



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

de iniciativa, estando dentro da competência legislativa municipal, conforme o art. 30, I, da Constituição Federal, e os arts. 6º, V, XI e XVI, da Lei Orgânica do Município de Embu-Guaçu.

O veto foi publicado e incluído na pauta da 29ª Sessão Ordinária, realizada em 02 de outubro de 2025.

### III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E REGIMENTAL

Nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, o que abrange matérias de infraestrutura urbana, drenagem pluvial e limpeza pública.

A Lei Orgânica do Município de Embu-Guaçu, em seus arts. 6º, incisos V, XI e XVI, também estabelece a competência municipal para disciplinar o uso de bens e logradouros públicos, instituir normas urbanísticas e zelar pela limpeza e conservação das vias públicas.

O Regimento Interno, em seu art. 179, define o rito de apreciação do veto, dispondo que, após a comunicação das razões do Prefeito, o veto deve ser apreciado pelo Plenário no prazo de trinta dias, podendo ser rejeitado por maioria absoluta dos vereadores, em votação aberta.

O Projeto de Lei nº 016/2025 não cria cargos, funções, estruturas administrativas ou despesas obrigatórias, limitando-se a autorizar e incentivar a adoção de tecnologia destinada à prevenção de alagamentos e melhoria do sistema de drenagem urbana.

Portanto, a matéria não invade competência privativa do Executivo e não incorre em vício formal, tratando-se de legítimo exercício da função legislativa municipal.

### IV – DA FUNDAMENTAÇÃO DO VETO E SUA ANÁLISE JURÍDICA

O veto foi amparado em pareceres do Executivo que afirmam ser a proposição inconstitucional por tratar de lei autorizativa, citando julgados do STF e Tribunais de Justiça.





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Entretanto, a análise da **Procuradoria Jurídica da Câmara** demonstra que o projeto foi apresentado na **forma de lei autorizativa**, mas **sem impor obrigação ou despesa compulsória**, configurando mera **faculdade ao Poder Executivo** de adotar política de interesse público.

Conforme entendimento pacífico do **Supremo Tribunal Federal**, especialmente no **RE 878911/RJ (Tema 917 da Repercussão Geral)**, “é constitucional a iniciativa parlamentar em proposições que impliquem despesa, desde que não interfiram na organização da Administração nem no regime jurídico de servidores”.

A jurisprudência invocada pelo Executivo refere-se a hipóteses em que leis de iniciativa parlamentar **criaram atribuições novas e obrigações diretas ao Executivo**, o que não se verifica no presente caso, em que o texto apenas **autoriza a adoção de equipamento tecnológico** que já integra a rotina de manutenção da infraestrutura urbana.

O veto, portanto, fundamenta-se **em juízo de conveniência e oportunidade**, e não em inconstitucionalidade formal. Dessa forma, **não há amparo jurídico suficiente para sua manutenção**.

### V – CONCLUSÃO DO RELATOR

Diante do exposto, este Relator conclui que o **Projeto de Lei nº 016/2025** é **constitucional, legal e formalmente regular**, tratando de tema de **interesse local**, em conformidade com o **art. 30, I e II, da Constituição Federal** e os **arts. 6º, V, XI e XVI, da Lei Orgânica do Município**.

As razões apresentadas no veto expressam apenas avaliação de mérito administrativo, não configurando fundamento jurídico para sua manutenção.


Assim, **opina-se pela rejeição do Veto Integral nº 003/2025**, nos termos do **art. 179 do Regimento Interno** e do **art. 51, § 7º, da Lei Orgânica Municipal**, restabelecendo o texto do Autógrafo de Lei nº 056/2025 para posterior promulgação pela Presidência da Câmara.



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL


Sala das Comissões, Vereador Francisco José Luchetta, 30 de outubro de 2025.

  
Douglas da Analice  
Vereador – SOLIDARIEDADE  
Relator – CCJR


### V – DECISÃO DA COMISSÃO

Os membros da **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** acompanham, **por unanimidade**, o voto do Relator, manifestando-se pela **rejeição do veto integral** ao Autógrafo de Lei nº 056/2025, correspondente ao **Projeto de Lei nº 016/2025**, de autoria do Vereador **Carlos Tatto**.

Sala das Comissões, Vereador Francisco José Luchetta, 30 de outubro de 2025.

  
Douglas da Analice  
Vereador – SOLIDARIEDADE  
Presidente

  
Toninho Valflor  
Vereador – UNIÃO BRASIL  
Membro

  
Marcia Almeida  
Vereadora - PODEMOS  
Membro